



Universidade de Brasília

FACULDADE UnB PLANALTINA

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS

AUTOR(A): BÁRBARA CRISTIANE DE PAULA

**A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS DE CIÊNCIAS
NATURAIS DE PLANALTINA-DF SOBRE A AVALIAÇÃO NO ENSINO
FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS**

Planaltina 2016



Universidade de Brasília

FACULDADE UnB PLANALTINA

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS

AUTORA: BÁRBARA CRISTIANE DE PAULA

**A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS DE CIÊNCIAS
NATURAIS DE PLANALTINA-DF SOBRE A AVALIAÇÃO NO ENSINO
FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS**

ORIENTADOR(A): MARIA DE LOURDES LAZZARI DE FREITAS

COORIENTADOR(A): ROSYLANE DORIS DE VASCONCELOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Licenciado do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais, da Faculdade UnB Planaltina, sob a orientação da Prof(a). Dr^a Maria de Lourdes Lazzari de Freitas e coorientação da Prof(a). Dr^aRosylaneDoris de Vasconcelos.

Planaltina 2016

DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho a todos os
professores que acreditam numa educação
integral, inclusiva e amorosa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe e minha avó pelo apoio às minhas decisões e pelo amor incondicional ao longo de toda a vida e de toda essa jornada.

Ao meu parceiro e companheiro de vida Ricardo, por todo apoio e paciência dedicados a mim, por acreditar na minha capacidade e por todas as conversas que contribuíram para esse trabalho.

Aos amigos de vida que fiz na Fup, que sem dúvida são os mais preciosos, Mayara, Priscila, Arielle, Anabela, Felipe Cardia, Filipe Oliveira, Aline, Isabela, Amanda e especialmente Valdeci, que me apoiou incondicionalmente e esteve do meu lado nos momentos mais difíceis, vocês tornaram minha estadia na universidade possível e alegre.

A todos os professores que fizeram parte da minha vida de alguma maneira durante a graduação, muitos de vocês foram meu combustível pra chegar até aqui e são minha inspiração, especialmente minha orientadora Maria de Lourdes, Danilo Arruda, Alex Fabiano e Ismael.

À minha orientadora, Maria de Lourdes, por toda a dedicação, auxílio e confiança ao longo desse tempo, sem dúvida uma das pessoas mais corretas e competentes que já conheci.

À minha coorientadora Rosylane Vasconcelos, por todo apoio, dedicação e doçura que me tratou nessa jornada, sem dúvida minha inspiração para uma educação amorosa.

Agradeço à vida por ter sido tão generosa e colocado todos vocês no meu caminho. A jornada até aqui foi longa, mas acredito que foi como deveria ser. Carrego um pouco de cada amigo e de cada professor, e isso me faz ser melhor e acreditar no poder transformador da educação.

A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS DE CIÊNCIAS NATURAIS DE PLANALTINA-DF SOBRE A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS

Bárbara Cristiane de Paula¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a percepção dos professores de Ciências Naturais da rede pública de ensino de Planaltina-DF sobre a temática avaliação, suas concepções e perspectivas. O interesse pelo tema partiu de uma inquietação pessoal muito antiga que me acompanhou por toda a graduação e culminou na escrita desse trabalho, que se desenvolveu na intenção de saber o que os professores de fato pensam sobre avaliação, dentro do cenário excludente e classificatório que a educação se encontra no Brasil. A pesquisa foi norteada pela metodologia qualitativa e utilizou-se de pressupostos de estudo de caso através de entrevista semi-estruturada para a obtenção de dados. O grupo pesquisado foram seis professores de Ciências Naturais de duas escolas de Planaltina-DF entrevistados. A base teórica é formada pelos estudos dos tipos de avaliação, das Diretrizes de Avaliação do Distrito Federal, do Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais textos que colaboraram com o tema. Na pesquisa, são analisados os fatores de concepção sobre avaliação, também as estratégias adotadas pelos professores, bem como a opinião deles diante o atual sistema avaliativo. Com este estudo, espera-se promover a reflexão de que a avaliação permeia o processo de ensino-aprendizagem, sendo papel de todos os educadores contribuírem para a melhoria desse processo, oferecendo uma avaliação justa, integral e democrática.

Palavras - Chaves: avaliação, concepções, Ciências Naturais, ensino-aprendizagem.

1 Curso de Ciências Naturais - Faculdade UnB de Planaltina

1. INTRODUÇÃO

O ato de avaliar está inserido em toda a nossa vida diariamente. Avaliamos e somos avaliados em nosso comportamento, nossas ações, nossos pensamentos. Passamos ao longo da vida por inúmeros processos avaliativos, em casa, na escola, passando pela vida acadêmica, até mesmo no trabalho e na nossa vida em sociedade. De acordo com Soeiro&Avelinne, (1982 apud MOURA 2007) desde os tempos primitivos, em algumas tribos, os jovens só passavam a serem considerados adultos após terem sido aprovados em uma prova referente aos seus usos e costumes.

Segundo Luckesi (2005) herdamos e replicamos inconscientemente o modo examinatório de agir na prática escolar. Somos herdeiros da educação sistematizada nos séculos XVI e XVII, momento da emergência da sociedade moderna. As pedagogias jesuíticas e comenianas expressam as versões católicas e protestantes desse modelo de pedagogia que utilizamos até hoje nas escolas. A avaliação, ou exames, era um modo de controlar a aprendizagem dos alunos. Outra herança que carregamos é a histórico-social, de uma sociedade burguesa que adotava um regime seletivo que marginalizava os que não eram bons o suficiente.

A trajetória das funções da avaliação, ao longo da história, mostra que o processo avaliativo não segue padrões rígidos, sendo determinado por dimensões pedagógicas, históricas, sociais, econômicas e até mesmo políticas, diretamente relacionadas ao contexto que se insere (BATISTA, GURGEL e SOARES, 2006apud MELO e BASTOS, 2012.). Diante desse histórico enfrentamos uma grande dificuldade de construir novos paradigmas para a avaliação, pois nossa herança é poderosa e consistente.

Para Perrenoud (1999), a avaliação tradicional é uma fonte de angústia para os alunos com dificuldade e também para os demais. Também é fonte de estresse e de desconforto para parte dos professores, pois para eles, o sistema de avaliação é um tipo de segurança diante das incertezas do processo de educar. O modo tradicional de avaliar oferece uma direção para o professor, dá pontos de referência, estruturam o tempo escolar, de certa forma dita os moldes da educação. Diante de tanta segurança que esse método traz é muito difícil mudar os moldes tradicionais da avaliação.

A escola é um dos primeiros ambientes de interação da criança e do adolescente com a vida escolar e durante esse período que passam nas escolas, os processos avaliativos se intensificam, mostrando a importância desse tema ser tratado e estudado.

A pesquisa buscou expor os atuais parâmetros avaliativos das escolas públicas do Distrito Federal através de um estudo de caso em duas escolas de Planaltina – DF, analisando documentos oficiais e verificando o viés da perspectiva dos professores de Ciências Naturais, suas expectativas e inquietações sobre a avaliação e a relação desse processo com a aprendizagem dos alunos. Além disso, visa contribuir com os demais estudos sobre avaliação, mostrando as dificuldades enfrentadas no sistema educacional brasileiro e quais as concepções dos professores sobre avaliação e sobre o modelo atual de avaliação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. AVALIAÇÃO

A avaliação é um elemento fundamental do processo de ensino-aprendizagem e tem como objetivo observar e acompanhar as falhas desse processo com o intuito de corrigi-las. Fazendo uma análise no histórico brasileiro, temos uma herança muito forte da educação católica jesuítica e dos seus métodos avaliativos, onde o intuito era disciplinar e selecionar os melhores alunos, o que gerava um processo de exclusão dos alunos que estavam fora dos padrões exigidos. Ao longo dos anos e com a formação da nossa identidade cultural fomos levados a ver a avaliação como forma de mensurar conhecimento de forma quantitativa, criando assim uma forma classificatória e excludente de tratar os alunos que não tem os resultados esperados nas avaliações como provas, testes escritos e orais.

Hoje participamos de um cenário em que diversas pesquisas sobre o tema já foram feitas e são feitas periodicamente, fala-se abertamente nas escolas sobre a avaliação, mas poucas ações concretas têm sido implantadas para que haja mudanças significativas e inclusivas na forma de avaliar. Os professores continuam presos aos temores incutidos ao longo do tempo sobre o processo educativo, da necessidade da nota, da ideia de que os bons

alunos tiram as melhores notas, entre tantas outras ideias e conceitos construídos ao longo da vida.

Nas palavras de Vasconcellos (2004):

Apesar de tudo o que já foi elaborado e divulgado em termos de avaliação, as pesquisas de cotidiano têm demonstrado que as mudanças não têm atingido o chão da sala de aula; e o que é mais desafiador: sequer em termos de concepção houve avanço significativo no discurso dos professores. Onde estaria a dificuldade, se já existem reflexões tão avançadas? Nossa hipótese é que a dificuldade está naquilo que não está dito, no que está implícito, enraizado, tanto na esfera subjetiva (representações, valores, mitos, preconceitos, visão de mundo), quanto na objetiva (condições de trabalho, legislação, ritos, práticas) (p.1).

A avaliação pode acontecer de diversos modos, por diversos meios e com diversas finalidades. Um dos tipos de avaliação é a chamada avaliação diagnóstica, que é muito importante, pois ocorre geralmente em momentos simbólicos para a relação do professor com o aluno. É feita principalmente no início de um período letivo, ou seja, é uma maneira de conhecer os alunos, estabelecer uma relação com eles, conhecer a realidade vivida pela comunidade, identificando os conhecimentos que o aluno traz de outras experiências para que se possa ter uma coerência no programa a ser feito para os alunos. Pode ser realizada também ao longo do período letivo identificando quais as dificuldades dos alunos e auxiliando o professor em uma reflexão sobre a eficácia do seu método, podendo ele, mudar os caminhos caso não estejam surtindo o efeito esperado na aprendizagem dos alunos. De forma geral traça uma linha flexível a ser trabalhada pelo professor, pois a qualquer momento ele pode avaliar seus métodos e a eficácia deles através da avaliação diagnóstica e implantar novas estratégias sanando as dificuldades e falhas do processo de ensino-aprendizagem. Para Sant'Anna (1997, P. 33) esse tipo de avaliação busca detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem, permitindo inclusive, identificar as causas de dificuldades no aprendizado.

Nas palavras de Rosado e Silva (1999):

Na sua dimensão de integração no processo de ensino-aprendizagem, esta é a modalidade de avaliação que averigua se os alunos possuem os conhecimentos e aptidões para poderem iniciar novas aprendizagens. Permite identificar problemas, no início de novas aprendizagens, servindo de base para decisões posteriores, através de uma adequação do ensino às características dos alunos. Verifica se o aluno possui as aprendizagens anteriores necessárias para que novas aprendizagens tenham lugar (*avaliação dos pré-requisitos*) e também se os alunos já têm conhecimentos da matéria que o professor vai ensinar, isto é, que aprendizagens das que se pretendem iniciar (e que se assumem não-conhecidas) são já dominadas pelos *alunos* (*avaliação dos níveis de entrada*). Acrescente-se que a avaliação diagnóstica

não ocorre em momentos temporais determinados, podendo realizar-se no início do ano (muitas vezes sob a forma de um período de avaliação inicial), no início de uma unidade de ensino e sempre que se pretende introduzir uma nova aprendizagem e se achar prudente proceder a uma avaliação deste tipo.(p.9).

A avaliação formativa, que para Perrenoud(1999), pode ser entendida como uma prática contínua que pretende melhorar a aprendizagem ao longo do processo avaliativo, permitindo que o aluno possa ser orientado, e ao mesmo tempo o professor consegue perceber se sua avaliação está tendo um balanço positivo com a aprendizagem. Esse tipo de avaliação torna o processo avaliativo integral e colaborativo, tendo o aluno como o protagonista das suas ações, avalia o aluno como um todo e não apenas em momentos destinados à avaliação, a intenção não é classificar os alunos, mas sim colaborar para um processo integral de aprendizagem, enxergando o aluno como ser autônomo e crítico. De acordo com Mendonça(2009), a avaliação formativa utiliza um sistema de feedback, onde o professor dá ao educando um retorno sobre as suas avaliações e corrige as questões com dificuldades, o que auxilia o aluno pois tem a oportunidade de rever determinado conteúdo e auxilia também o professor que pode verificar ao longo do percurso se sua prática está de fato ajudando no processo de ensino aprendizagem ou não, e caso não esteja, tem a oportunidade de reorganizar o processo. O sistema de feedback é fundamental na avaliação formativa, pois é através da comunicação estabelecida que o processo pode alcançar o sucesso ou insucesso. De acordo com Libâneo (1994)é bem claro que numa concepção formativa todos são avaliados através da auto avaliação e do feedback onde o diálogo se tornará fundamental e valioso para o processo. Sabemos que as aprendizagens são diferentes e múltiplas e que o aprender dos profissionais que avaliam está intrínseco ao exercício da profissão.

A avaliação formativa requer do professor um olhar sensível a tudo que ocorre no dia a dia em sala de aula, pois é através desse olhar que o professor perceberá a evolução ou não dos alunos no processo de ensino aprendizagem e atuará nas falhas e na potencialização dos pontos positivos.

Outra forma de avaliação é a avaliação somativa, que é aplicada ao final de um período ou atividade, com o objetivo de mensurar o conhecimento e classificar os alunos. Para Sant'ana(1995), sua função é classificar os alunos seguindo os níveis de aproveitamento que eles apresentam. Analisando o contexto educacional ela funciona como uma espécie de complemento da avaliação formativa, e é utilizada como uma forma de traduzir em números e

pontos a subjetividade desta outra avaliação. Se for utilizada pelo professor apenas de maneira funcional, gera uma classificação e conseqüentemente uma exclusão dos alunos que não obtêm resultados esperados.

Todos esses tipos de avaliação citados comungam em dois grandes grupos, que de acordo com Romão (2002), são a avaliação diagnóstica e a avaliação classificatória. Segundo o autor a avaliação diagnóstica está voltada para a identificação de falhas e suas correções, sendo assim um processo de inclusão. Já na avaliação classificatória a identificação dos erros gera uma submissão dos indivíduos num sistema de meritocracia e exclusão, confirmando o caráter excludente da avaliação classificatória que contribui significativamente para o cenário de desigualdade que vivemos.

2.2. LEGISLAÇÃO

A avaliação das aprendizagens nas escolas públicas no Brasil não acontece sem diretriz alguma. Em nível nacional nós temos a Lei 9394/96 LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que traz uma diretriz para a avaliação escolar, e em nível estadual e distrital, também existem diretrizes específicas que disciplinam e orientam a avaliação escolar.

Na atual legislação da educação brasileira, existe um arcabouço que se dedica à temática da avaliação escolar no Ensino Fundamental. Em seu Art. 13º a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cita que os docentes incumbir-se-ão de zelar pela aprendizagem dos alunos e estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Em seu Art. 24º, que trata das regras comuns aos níveis fundamentais e médios, a verificação do rendimento escolar observará o critério de avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Um dos documentos legais no Distrito Federal que trata da avaliação é o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, elaborado em 2015 na sua 6º edição, por um grupo de trabalho envolvendo a Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal – SEEDF e o núcleo do Governo do DF. O documento versa sobre diversos aspectos gerais e estruturais das escolas públicas do DF incluindo os assuntos relacionados à avaliação em suas diversas modalidades.

De acordo com o Regimento a função formativa da avaliação é o princípio norteador das práticas avaliativas em toda a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Em seu artigo 170 o regimento cita a existência de um Sistema Permanente de Avaliação Educacional que tem como princípio a centralidade da ação educativa nos estudantes e possibilita aos gestores educacionais e à comunidade escolar acompanhar as aprendizagens dos estudantes, por meio de dados emanados da unidade escolar e das análises realizadas pela SEEDF, com o objetivo de garantir os direitos às aprendizagens. Ainda esclarece que o Sistema tem natureza inclusiva, contínua, participativa, com perspectiva formativa e colaborativa, no qual a análise das informações favorece a reflexão e o redirecionamento do trabalho pedagógico, sempre que necessário.

Nosso objeto de estudo é a avaliação nas séries finais do Ensino Fundamental, e nesse ponto o Regimento nos esclarece ainda que a avaliação formativa pressupõe o diagnóstico contínuo das condições de aprendizagem dos estudantes, com a finalidade de identificar os aspectos com êxito e os que precisam melhorar. Os instrumentos utilizados são variados e não é aceito um único meio de avaliação para aprovar ou reprovar os alunos.

Os instrumentos e procedimentos da avaliação formativa sugeridos pelo Regimento incluem avaliação por pares ou colegas utilizando os meios citados abaixo:

- I. Provas;
- II. Portfólio ou webfólio;
- III. Registros reflexivos;
- IV. Seminários;
- V. Pesquisas;
- VI. Trabalhos em pequenos grupos;
- VII. Auto-avaliação;
- VIII. Outros.

Em seu artigo 184 o Regimento nos mostra que os resultados bimestrais e finais da avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental – anos finais/séries finais, deverão ser expressos por meio de notas, que variam numa escala de 0,0 (zero) a

10,0 (dez) e no caso de serem adotados testes/provas como instrumento de avaliação, o valor a eles atribuído não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da nota final de cada componente curricular, por bimestre.

De acordo com o Regimento, a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem é de competência do professor, em articulação com a equipe pedagógica da unidade escolar e os critérios adotados para a avaliação da aprendizagem deverão estar em consonância com o Currículo em Movimento da Educação Básica e com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF.

As Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF é um documento elaborado a cada triênio por um grupo de trabalho formado por profissionais de diversos segmentos que compõem a rede pública de ensino no DF, que é formulada com base em documentos, leis, regimentos e também nas concepções e práticas adquiridas através da vivência nas escolas públicas do Distrito Federal.

Este documento discute concepções, procedimentos e instrumentos avaliativos que devem constar nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, especialmente nas práticas avaliativas realizadas no cotidiano das unidades escolares. São diretrizes que se constituem, juntamente com a proposta pedagógica da SEEDF, o Regimento Escolar das Escolas Públicas do DF e o Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), suporte didático-pedagógico e teórico-metodológico para o planejamento, o desenvolvimento, a organização e a avaliação do trabalho pedagógico na Educação Básica e suas respectivas modalidades.

De acordo com o documento a concepção de educação defendida e almejada pela SEEDF é a Educação Integralpautada na sua função formativa da avaliação, tendo como aliados a avaliação diagnóstica e a autoavaliação. Nessa perspectiva, o ser em formação é multidimensional, com identidade, história, desejos, necessidades, sonhos, isto é, um ser único, especial e singular, na inteireza de sua essência, na inefávelcomplexidade de sua presença. Ao valorizar o ser humano multidimensional e os direitos coletivos, a Educação Integral provoca ruptura estrutural na lógica do poder punitivo comumente percebido nos processos avaliativos e fortalece o comprometimento com a Educação para a Diversidade, Cidadania, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

De acordo com as Diretrizes, nos anos finais do ensino fundamental as atividades avaliativas que melhor se adéquam ao processo formativo são observações entrevistas,

resolução de problemas, criação de documentários, leitura e discussões coletivas, avaliação em pares. Esse tipo de avaliação se opõe ao modelo que fragmenta os conhecimentos, possibilita aos alunos o desenvolvimento de um senso crítico e promove também uma aprendizagem significativa.

2.3.PROJETO POLITICO PEDAGOGICO E A AVALIAÇÃO

O projeto político pedagógico (PPP) é o documento que ajuda a definir a identidade da escola, e deve ser construído pelas pessoas que participam do dia-a-dia da instituição. O conjunto dos objetivos e metas que a escola almeja alcançar e concretizar é o que dá as diretrizes para a construção do PPP.

Segundo Romão (1998) a avaliação da aprendizagem não pode ser separada da avaliação institucional, ainda que sejam de natureza diferente: uma diz respeito à instituição e outra ao rendimento escolar do aluno. São distintas, mas inseparáveis. O rendimento dos alunos está intimamente ligado às condições da escola e do projeto político-pedagógico, afinal é no PPP que as principais diretrizes de trabalho estarão traçadas, e estas influenciam diretamente na avaliação em sala de aula e no modo como os professores a realizarão.

Em ambos os casos a avaliação, numa perspectiva dialógica, destina-se à emancipação das pessoas e não à sua punição, à inclusão e não à exclusão. Por isso, o ato de avaliar é de extrema importância, pois influencia diretamente na vida dos alunos e demais indivíduos que a ele se submetam (ROMÃO, 1998).

De acordo com o regimento das escolas, o Currículo da Educação Básica, as Diretrizes de Avaliação Educacional e a Organização Curricular do PPP da unidade escolar constituem os parâmetros orientadores dos processos avaliativos praticados na e pela unidade escolar. E a unidade escolar deverá fazer constar em seu PPP os critérios para a avaliação dos estudantes, em consonância com este Regimento.

De acordo com as Diretrizes é importante que a proposta avaliativa de cada escola componha seu PPP, documento de “identidade” da escola, organizador de seu trabalho como um todo e da sala de aula, especificamente. Da mesma forma, é relevante destacar a coordenação pedagógica na escola, espaço tempo primordial de estudo, discussão de concepções e práticas avaliativas, bem como de autoavaliação da escola; espaço do planejamento pedagógico com vistas à constituição de processos didáticos emancipatórios nos

quais ensinar, aprender, pesquisar e avaliar não se dão isoladamente ou em momentos distintos.

Todos os procedimentos/instrumentos de avaliação devem ser elaborados em articulação com a coordenação pedagógica da unidade escolar. A ideia é a de que a equipe coordenadora possa apreciar, colaborar e acompanhar essa elaboração para que seja garantida coerência interna com o projeto da escola. Os estudantes devem ser avaliados por meio de procedimentos/ instrumentos bem planejados e bem escritos. Entregues aos estudantes, passam a ser públicos; não se pode esquecer de que eles revelam a qualidade do trabalho desenvolvido pela escola. Os critérios de avaliação devem constar do plano de ensino dos docentes, organizado em consonância com o PPP da Unidade Escolar e em conformidade com o Regimento Escolar das unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Atual pesquisa buscou expor parâmetros avaliativos das escolas públicas do Distrito Federal através de um estudo de caso em duas escolas de Planaltina e visa contribuir com os demais estudos sobre avaliação, mostrando as dificuldades enfrentadas no sistema educacional e as concepções dos professores sobre avaliação e o modelo de avaliação utilizado no dia a dia da escola.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Analisar o modelo atual de avaliação nas escolas públicas de Planaltina-DF com enfoque na percepção dos professores.

3.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar a base legal da avaliação no âmbito das escolas públicas de Planaltina DF;
- Verificar a conexão da avaliação dos professores com os parâmetros avaliativos no projeto político pedagógico das escolas a serem pesquisadas;
- Verificar as percepções dos professores das escolas públicas de Planaltina-DF perante o atual modelo de avaliação;
- Verificar e analisar as expectativas dos professores de ciências em relação à avaliação e a sua relação com a aprendizagem;

4. METODOLOGIA:

Para que os objetivos do trabalho fossem realizados foi necessário compreender os aspectos teóricos sobre a avaliação no Distrito Federal, sendo feita uma pesquisa documental sobre a base legal da avaliação. Fonseca (2002) esclarece que a pesquisa documental, recorre a fontes mais diversificadas do que a pesquisa bibliográfica, por exemplo, estatísticas, entrevistas, bem como documentos oficiais, sendo esse último, o foco de uma parte da pesquisa.

A segunda etapa foi um estudo de caso, que se caracteriza como sendo um método de caráter qualitativo. O estudo de caso tem como característica principal “a investigação sistemática de uma instância específica” (ANDRÉ, 1984, p. 51 apud NISBETT; WATT, 1978), o que se torna fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas nesse trabalho. Essa etapa foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada.

Nas palavras de Godoy (1995):

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Rejeitando a expressão quantitativa, numérica, os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias, videoteipes, desenhos e vários tipos de documentos. Visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo. (p.16)

Através das concepções de Godoy (1995), a metodologia utilizada foi qualitativa, em contato com a realidade das escolas estudadas, analisando a maior quantidade de aspectos possíveis percebidos durante as entrevistas e visitas às escolas.

4.1. A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

De acordo com Manzini (2004) existem três tipos de entrevistas: estruturada, semi-estruturada e não-estruturada. A entrevista estruturada contém perguntas fechadas, sem apresentar flexibilidade; semi-estruturada é direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas; não-estruturada é aquela que oferece ampla liberdade na formulação de perguntas e na intervenção na fala do entrevistado.

Para Fujisawa(2000) um dos modelos mais utilizado é o da entrevista semi-estruturada, guiada pelo roteiro de questões, que permite ao pesquisador uma organização flexível e intervenções para a ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado

O roteiro norteador foi construído com base nos objetivos do trabalho, abordando questões de concepção, PPP e impacto no ensino-aprendizagem, com as seguintes questões listadas abaixo:

1. Qual sua idade e sua formação acadêmica?
2. Como você concebe a avaliação?
3. A escola tem uma orientação geral para avaliação da aprendizagem ou os professores podem aplicar suas estratégias próprias?
4. Sua proposta de avaliação tem conexão com o PPP da escola?
5. Qual a sua percepção sobre o atual modelo de avaliação utilizado na escola em que você trabalha? (quais são suas concordâncias e discordâncias)
6. Quais são os instrumentos de avaliação que você utiliza na sala de aula?
7. Você faz um feedback das suas avaliações?
8. De que forma?
9. Após fazer esse retorno como corrige as questões que os alunos tiveram mais dificuldade?
10. Em seu entendimento, a forma de avaliar produz impacto sobre o processo de ensino-aprendizagem?
11. Se sim, quais são os resultados deste impacto?

4.2. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram desta pesquisa seis (06) professores de duas escolas distintas, que atuam dentro das Ciências Naturais, do 6º ao 9º ano, com idade entre 25 e 40 anos, sendo 04 do sexo feminino e 02 do sexo masculino. Para que participassem da pesquisa, foram entregues os TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que os mesmos pudessem assinar e ter ciência quanto à finalidade da pesquisa. Nessa ocasião, também lhes foi explicado que

seus respectivos nomes não seriam apresentados na pesquisa, mas somente idade, formação e o tempo de atuação em sala de aula.

Dessa forma, os professores serão identificados por números:

- Professora 1 tem 26 anos, é formada em Ciências Naturais
- Professora 2 tem 25 anos, é formada em Ciências Naturais
- Professora 3 tem 27 anos, é formada em Ciências Naturais
- Professor 4 tem 40 anos, é formado em Ciências e Química
- Professora 5 tem 28 anos, é formada em Ciências Naturais
- Professor 6 tem 25 anos, é formado em Ciências Naturais

4.3. PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

Foram visitadas duas escolas públicas situadas na cidade de Planaltina-DF escolhidas de forma aleatória para a realização da pesquisa. No primeiro contato com os professores foi explicado como seria a pesquisa e todos ficaram de acordo com a participação.

Foi iniciada a coleta de dados e os professores foram entrevistados individualmente, no dia e horário disponibilizados por cada um.

Três professores foram entrevistados em uma escola, e outros três foram entrevistados em outra. As entrevistas foram realizadas em horário contrário às aulas de Ciências de cada professor, no momento da coordenação de cada um. A coordenação escolar faz parte da carga horária dos professores da SEEDF, em horário inverso ao horário de aula do professor, destinado à construção coletiva e interdisciplinar dos conteúdos e processos de avaliação, além disso, ocorre de modo individual e coletivo. Sendo assim um momento de extrema importância para o trabalho docente. De posse desses dados, foram analisadas as concepções dos professores acerca da avaliação, seguindo o questionário norteador.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados serão apresentados, considerando as perguntas do roteiro de entrevista. Levando em consideração que a pergunta um (1) do roteiro já foi explicitada na metodologia, descrevendo faixa etária e formação dos professores entrevistados.

✓ 2 - Como você concebe a avaliação?

“Então avaliação pra mim, ela é um meio de verificar, sei que verificar não é a palavra correta, mas é verificar a aprendizagem” (Professora 1 – Escola 1)

“Avaliação é um instrumento pra você mensurar a qualidade e a quantidade do aprendizado do aluno, a minha ideia de avaliação não é especificamente avaliar o aluno, mas avaliar o aprendizado, então quando você avalia o aprendizado você está não só o desempenho do aluno, mas também o trabalho do professor, que uma vez que uma quantidade grande de alunos de repente não atenda aquela avaliação tem que ser repensando na estratégia didática da prática pedagógica. (Professor 4 – Escola 2)

Nas falas dos professores observa-se que o conceito de avaliação está intimamente ligado à necessidade de verificar e mensurar aprendizados. Segundo Guba e Lincoln (1981 apud ROSADO e SILVA 1999) a avaliação é o resultado de uma combinação entre uma descrição e um julgamento. Trata-se de recolher informação e a partir disso proceder a um juízo de valor, o que é reforçado pela falta de neutralidade do avaliador.

Entende-se, hoje, que a avaliação é uma atividade subjetiva, envolvendo mais do que medir, a atribuição de um valor de acordo com critérios que envolvem diversos problemas técnicos e éticos. Dentre esses problemas está a necessidade não só dos professores, mas do sistema educacional em quantificar a aprendizagem. Como citado por Luckesi (2005) herdamos e replicamos inconscientemente o modo examinatório de agir na prática escolar, ou seja, mesmo sabendo de toda a evolução e dos estudos sobre a avaliação os professores continuam apegados ao modo tradicional, onde o aluno precisa provar que de fato aprendeu o conteúdo exposto pelo professor.

“Olha, avaliação pra mim é um momento de a gente entender, perceber o que o aluno aprendeu de fato ao longo do bimestre, então pra mim avaliação é de fato aquele momento de avaliar o que ele aprendeu o que ele não aprendeu pra que eu mesma possa saber o que eu devo melhorar o que eu devo reforçar mais pra eles.” (Professora 5 – Escola 2)

Observa-se também algo interessante, que é o fato de os professores reconhecerem a avaliação dos alunos como um momento de avaliação do trabalho deles, o que é corroborado

pelo conceito de avaliação formativa, que é uma avaliação integral do processo, incluindo o aluno, a escola, o professor e os métodos, todos são avaliados dentro do processo formativo de avaliação. Libâneo (1994) deixa bem claro que numa concepção formativa todos são avaliados através da auto-avaliação e do feedback onde o diálogo se tornará fundamental e valioso para o processo.

✓ **3 - A escola tem uma orientação geral para avaliação da aprendizagem ou os professores podem aplicar suas estratégias próprias?**

De acordo com as respostas dos professores, as duas escolas impõem uma regra básica de avaliação e dentro dessa regra existe uma “liberdade” em escolher as estratégias avaliativas.

As escolas optam por uma avaliação com provas que concentram no máximo 50% da nota bimestral e tem embasamento regimental para tal escolha. Analisando os documentos oficiais, é bem claro que não há uma interferência explícita da Secretaria de Educação no modo em que as escolas elaboram suas avaliações, que deve ser discutido ampla e abertamente no Projeto Político Pedagógico da escola especificamente, e a partir dessa decisão os professores elaboram sua forma de avaliar.

“Os professores podem aplicar suas próprias estratégias, não tem orientação geral não. Tem só aquela divisão da avaliação como 50% da nota ser prova, o resto fica a critério do professor.” (Professora 1 – Escola 1)

Observou-se que na escola 1 existe um padrão de avaliação onde 50% da nota deve advir necessariamente de uma prova bimestral deixando os outros 50% a critério do professor. Porém é preciso ressaltar que de acordo com o Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal em seu Art. 184, os resultados bimestrais e finais da avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental – anos finais/ séries finais e do Ensino Médio, deverão ser expressos por meio de notas, que variam numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) e no caso de serem adotados testes/provas como instrumento de avaliação, o valor a eles atribuído não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da nota final de cada componente curricular, por bimestre. Essa divisão da nota é uma orientação e não uma obrigatoriedade.

“Aqui na escola a gente pode aplicar as próprias estratégias, mas já tem 2 bimestres que a gente combinou de fazer provas mais ou menos coletivas, em duas matérias.” (Professora 3 – Escola 1)

Na escola 1 há uma tendência a fazerem provas coletivas e de acordo com Villas Boas(2009) é preciso superar as iniciativas individuais em prol de ações pedagógicas coletivas, articuladas dentro da escola por projetos interdisciplinares. De acordo com JAPIASSU (1976, p.74): “A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”, ou seja, é fundamental que os professores tenham posse desse conceito para realizarem um trabalho interdisciplinar de fato. É necessário mudar a “cultura avaliativa” de todo o grupo docente para que os resultados em termos de aprendizagens que se efetivem. Todos os sujeitos que participam da organização do trabalho pedagógico precisam revelar, por meio de suas práticas, a intencionalidade de promover a avaliação formativa.

“A escola tem um sistema de avaliação que a gente segue, e dentro do sistema existem algumas particularidades que a gente pode inovar, mas seguindo uma estratégia de avaliação pra poder uniformizar o sistema na escola.” (Professor 4 – Escola 2)

A escola 2 segue a risca o Projeto político pedagógico que tange a avaliação. Desse modo eles estruturam um padrão de avaliação, e dentro disso os professores fazem suas avaliações.

✓ 4 - Sua proposta de avaliação tem conexão com o PPP da escola?

Quando o assunto foi o Projeto Político Pedagógico da escola, houve algumas divergências entre os professores, deixando claro que alguns professores conhecem bem o PPP da sua escola e outros não. Na escola 1 todos os professores alegaram que suas avaliações não tem conexão intencional com o PPP e que esse documento não é discutido abertamente na escola. Esse fato é muito preocupante, pois o PPP deve ser o norteador das práticas e ações da escola. Na escola 2 apesar de um dos professores não conhecer o PPP, os outros dois informaram que fazem seu trabalho de acordo com o documento e que a escola preza por essa fidelidade às diretrizes, inclusive em suas coordenações pedagógicas, que

ocorrem de fato. Pois além das coordenações individuais, as coordenações coletivas ocorrem como forma de roda pedagógica em que diversos assuntos sobre a avaliação são tratados.

Da mesma forma, é relevante destacar a Coordenação Pedagógica na escola, espaço – tempo primordial de estudo, discussão de concepções e práticas avaliativas, bem como de auto-avaliação da escola; espaço do planejamento pedagógico com vistas à constituição de processos didáticos emancipatórios nos quais ensinar, aprender, pesquisar e avaliar não se dão isoladamente ou em momentos distintos.

“Não, nenhuma. Aqui não, tanto é que a pouco tempo teve uma reunião pra atualizar o PPP, mas já na metade do ano.” (Professora 1 – Escola 1)

De acordo com as Diretrizes da Avaliação Educacional do Distrito Federal é importante que a proposta avaliativa de cada escola componha seu PPP, documento de “identidade” da escola, organizador de seu trabalho como um todo e da sala de aula, especificamente.

“Assim, de maneira geral tem porque todo PPP fala aquela coisa que você tem que ser articulado, mas não é intencionalmente junto ao PPP.” (Professora 3 – Escola 1)

“Tem, tem sim. A gente sempre busca essa conexão, a gente sempre busca trabalhar junto com o PPP da escola, a escola tem outras avaliações, outros modelos de avaliação então a gente busca trabalhar junto com ela. Segue sim o PPP.” (Professora 5 – Escola 2)

Nas falas da professora 5 da escola 2 fica claro que o PPP é seguido. É importante que a escola tenha esse documento bem estruturado, principalmente no tocante à avaliação, pois é através dessa discussão coletiva que abarca o contexto social da comunidade e as particularidades da escola que se constrói uma avaliação integral, contextualizada na realidade dos alunos, evitando generalizar as situações e marginalizar os alunos que não se adaptam em sistemas taxativos de avaliação.

✓ **5 - Qual a sua percepção sobre o atual modelo de avaliação utilizado na escola em que você trabalha? (quais são suas concordâncias e discordâncias)**

A questão do modelo de avaliação utilizado nas escolas também é um tema polêmico e relativo, pois varia de escola para escola. Na escola 1 é nítida a insatisfação dos professores com o modelo avaliativo. Já na escola 2 os professores se mostraram satisfeitos com o modelo

avaliativo, pois é um modelo construído coletivamente e com diferentes tipos de métodos avaliativos.

De modo geral, observamos que as duas escolas estão fazendo um trabalho mais pontual do que formativo em alguns aspectos, pois há um apego muito forte pelas provas, pois nenhuma das escolas pesquisadas abre mão desse tipo de avaliação, pois de acordo com Luckesi (2005), as escolas estão agindo a partir do desempenho final dos alunos, de modo seletivo e classificatório, ou seja, mais examinando que avaliando de fato.

“Eu acho que não tem um modelo definido, tem essa questão da divisão das notas e essa divisão eu acredito que seja um pouco limitadora, porque existem outras formas de se avaliar um aluno, sem ser 50% com uma prova escrita. Eu discordo em partes, eu discordo na parte que impõe uma avaliação prova mesmo, acho que poderia ter outras formas” (Professora 1 – Escola 1)

Após a análise dos documentos oficiais do Distrito Federal detectamos que a aplicação da prova totalizando 50% da nota não é uma obrigatoriedade e sim uma orientação. O Regimento das Escolas Públicas do DF diz que se a escola optar por uma avaliação como prova, esta não deve ultrapassar 50% do total de nota de cada componente curricular.

“Não funciona. Na maior parte eu discordo porque os meninos da minha realidade de aceleração, eles não se enquadram nesse modelo tradicional de avaliação, de fazer prova, e é fracasso em cima de fracasso, mas que a gente acaba reproduzindo e indo pro modelo tradicional porque é o mais simples, mas eficiente não é.” (Professora 3 – Escola 1)

No caso da professora 3 ainda há um agravante que são as turmas de aceleração, onde há um programa extenso de conteúdos, casos de fracassos e ainda assim o método é reproduzido, por ser considerado menos trabalhoso.

“Eu acho que ele é bom, ele vem sendo pensado ainda ao longo dos anos, desde que se instaurou aqui a modalidade da educação integral, a gente tá experimentando e assim não é uma forma definitiva, ela ainda está em evolução, e eu acho que nunca vai chegar numa forma definitiva, porque a gente tem que estar sempre se adaptando aos novos tempos, por exemplo, a própria linguagem adotada em prova ela tem que ser modificada, tem que ser mais acessível ao aluno também, então eu acho que é um processo que não tem fim.” (Professor 4 – Escola 2)

Na escola 2, com a particularidade da educação integral há uma preocupação muito grande com a discussão das decisões, por ser um sistema relativamente novo o de ensino

integral no Distrito Federal há uma preocupação da escola em construir o PPP e os moldes de avaliação de maneira coletiva. É muito interessante a postura do professor em entender que é um processo contínuo de construção.

✓ **6 - Quais são os instrumentos de avaliação que você utiliza na sala de aula?**

Observa-se através das respostas que todos os professores utilizam instrumentos variados de avaliação, porém sempre com um viés somativo.

Em contraposição a um sistema avaliativo que promove a fragmentação do conhecimento e a passividade do estudante frente a ele, a avaliação formativa apresenta-se como recurso pedagógico em condição de promover aprendizagens significativas e de instrumentalizar o estudante para a construção do conhecimento, sob a mediação do professor.

Observa-se que até mesmo os documentos oficiais reconhecem que o atual modelo avaliativo pautado numa educação fragmentada e num estudante passivo, sendo necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar para a mudança desse cenário, envolvimento esse que precisa começar dentro da escola, dentro da sala de aula, onde os professores peguem mesmo as rédeas da educação e trabalhem coletivamente, façam das coordenações pedagógicas espaços de produção e discussão efetivos na prática docente. Que as avaliações deixem de ser objetos de barganha e passem a ser objetos de construção e potencialização dos conhecimentos.

“Tem a prova que é uma exigência da escola, que é ruim também e eu não sou muito fã de prova, tem os testes, que são um tipo de prova, mas são mais livres, eles fazem em dupla, pesquisam, eu deixo até pesquisar na internet se quiserem durante a aula, tem trabalho, eles têm que apresentar trabalhos, participação na sala de aula, tem também às vezes a troca de ponto, se eu quero que eles fiquem quietos eu falo: “ se vocês ficarem quietos eu dou um ponto pra vocês”.” (Professora 3 – Escola 1)

No caso específico da professora 3 vemos um caso muito comum dentro das salas de aula que é a troca de pontos, extremamente favorecida pelo sistema somativo de avaliação, pois se o que importa são os pontos para “passar de ano” isso é usado como instrumento de barganha para o silêncio e bom comportamento em sala de aula.

“A gente tem as atividades do dia a dia que são trabalhos em grupo, trabalhos individuais, atividades feitas em caderno, livro, exercícios em geral, temos também como

forma de avaliação, na minha área que é ciências a gente pode trabalhar a questão da experimentação da investigação, isso além dos trabalhos convencionais, das provas convencionais que a gente tem que dar no sistema.”(Professor 4 – Escola 2)

De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional do Distrito Federal nos anos finais do Ensino Fundamental, as atividades pedagógicas e avaliativas que melhor se moldam a um processo formativo são: observação, entrevistas, resolução de problemas, criação de documentários, filmagens, trabalhos em grupos, dramatizações, leituras e discussões coletivas, desafios à criatividade, avaliação por pares, portfólios, criação e gestão de blogs, sites, testes ou provas, entre outras.

“Em sala de aula eu utilizo a prova e no meu caso eu trabalho muito com atividades, e como aqui é uma escola integral, nós temos as disciplinas da base e as complementares, eu sou da disciplina complementar de ciências naturais, eu trabalho com uma disciplina chamada LABOCIEN que é laboratório de ciências, então as minhas avaliações, fora a avaliação geral, são exercícios e atividades práticas em sala mesmo.”(Professora 5 – Escola 2)

A escola 2 apresenta uma particularidade que é o ensino integral. Conforme a fala da professora 5, existem disciplinas da base e disciplinas complementares, o que exige dos professores uma diversificação na avaliação. O ensino integral é um tema que divide opiniões, devido a sua finalidade, porém uma vez implantado é necessário que a escola ofereça ao aluno um ensino integral não apenas no tempo-escola, mas integral na sua essência, formando um ser integral, o que caminha junto com o processo formativo de avaliação.

- ✓ **7 - Você faz um feedback das suas avaliações?**
- ✓ **8 - De que forma?**
- ✓ **9 - Após fazer esse retorno como corrige as questões que os alunos tiveram mais dificuldade?**

Essas questões foram avaliadas em conjunto, pois tratam da mesma temática e suas respostas estão interligadas.

De acordo com as diretrizes de avaliação educacional o feedback aos aprendizes é indispensável para o processo avaliativo formativo, seja em sala de aula, seja no exercício profissional, propiciando que os avaliados se mantenham informados sobre suas aprendizagens. Trata-se de um recurso pedagógico alinhado à avaliação formativa para possibilitar aos sujeitos perceberem seus avanços e suas fragilidades e buscarem a autorregulação para aprender mais.

“Não, eu faço a correção com eles no geral, sem ser uma análise de “Ah essa questão foi a que teve mais erros”, eu faço a correção da prova toda.” (Professora 1 – Escola 1)

Na análise observamos que mesmo não intencionalmente os professores fazem feedback das suas avaliações, como é o caso da professora 1, pois a correção mesmo que seja geral não deixa de ser um feedback para os alunos.

“Sempre, acho que é necessário. Após a avaliação e após o diagnóstico dela, a gente tem sempre que voltar e frisar aqueles pontos que o aluno precisa trabalhar novamente, onde ele errou, o que ele errou pra poder consertar. A gente retoma o assunto, a gente volta ao tema, e vai devolvendo a eles essas dúvidas pra que eles possam refletir a cerca disso.” (Professor 4 – Escola 2)

Os demais professores todos consideram relevante o hábito do feedback e usam diversas estratégias para corrigir essas questões.

Para Santos (2008) o feedback é uma forma possível de criar contextos de aprendizagem que ajudem o aluno a ir desenvolvendo a sua capacidade de auto-avaliação. Se seu uso for adequado ao objetivo, poderá constituir uma estratégia facilitadora para o aluno ser levado a tomar consciência dos seus erros, e de corrigi-los.

“Faço, a gente sempre pega as questões e trabalha em sala, vê qual foi a maior dificuldade deles, reforça aquilo que eles não conseguiram fazer na prova, então vamos lá, vamos ver como é que faz, tem esse feedback, porque senão não adianta, ele errou e você não mostrar pra ele o erro e ficar por isso mesmo, não adianta nada, então tem que ter esse feedback.” (Professora 5 – Escola 2)

De acordo com a fala da Professora 5, podemos inferir que o feedback é importante inclusive para o trabalho do professor, pois ao retornar nos assuntos com mais dificuldades o professor tem a chance de rever sua estratégia de ensino.

- ✓ **10 - Em seu entendimento, a forma de avaliar produz impacto sobre o processo de ensino-aprendizagem?**
- ✓ **11 - Se sim, quais são os resultados deste impacto?**

Essas duas questões também foram analisadas juntas por estarem interligadas. Os professoras em suas falas deixam claro que acreditam no impacto que a avaliação produz sobre o processo de ensino-aprendizagem, porém o que nos deixa preocupados é que tipo de impacto é esse.

“Sim, sem dúvida. Os alunos ficam muito preocupados com a questão de nota, e a gente avalia por nota. Então eu acho que se talvez não fosse assim teria outra forma de até motivação, uma motivação maior ou diferente pra eles.”(Professora 1 – Escola 1)

De acordo com a fala da Professora 1, os alunos estão preocupados com a nota e não com o aprendizado propriamente dito. A motivação para o aprendizado deveria ser o próprio aprendizado ou alguma motivação externa pessoal, pois na essência pontos não agregam conhecimento ou modificam a realidade das pessoas.

“Totalmente, só que hoje em dia o processo de avaliação é muito ligado a nota e os meninos se acostumaram com isso, então eles só se interessam, não em aprender, mas decorar algo se valer nota e você fica nesse processo vicioso.”(Professora 3 – Escola 1)

Nas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF, leva-se em consideração que a avaliação formativa serve para que os processos sejam conduzidos de maneira atenta e cuidadosa, a fim de que não se priorize o produto (quantidade) em detrimento da qualidade a ser considerada em todo o decurso. Ou seja, a orientação deveria ser na qualidade dos aprendizados e não nos pontos, na aprovação ou reprovação.

“Infelizmente sim, eu digo infelizmente porque não só pra educação fundamental ou média, mas qualquer instrumento que avalie ele só impacta realmente se ele tiver caráter de aprovação ou reprovação, infelizmente é como o sistema geral funciona hoje em dia, nesse contexto também estão aí os concursos públicos ou qualquer outra forma de seleção.”(Professor 4 – Escola 2)

Para Luckesi (2003, apud Chueiri 2008), em processos que exigem classificação como concursos públicos ou processos que exijam certificação de conhecimentos, a avaliação classificatória é de grande utilidade, porém a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios, pois a finalidade é completamente diferente. A finalidade da avaliação em sala de aula é nortear o ensino aprendizagem e não classificar alunos.

“Avaliação é um assunto muito complexo, porque algumas pessoas não concordam, acham que isso pressiona o aluno, eu sou super a favor da avaliação, porque eu vejo que o maior impacto dela é o incentivo pra o aluno estudar, se não tiver avaliação muita das vezes o aluno não estuda, isso é um fato, então a avaliação funciona como um incentivo pra eles estudarem e eu acho que esse é o grande impacto, essa questão do incentivo. Eu sou super a favor da avaliação.”(Professora 5 – Escola 2)

Na fala da professora 5 observa-se que o termo “avaliação” está basicamente ligado à prova, propriamente dita. A avaliação necessita produzir nas pessoas um impacto positivo, emancipatório e participativo, onde os sujeitos se sintam protagonistas do processo educacional, se sintam capazes que desenvolver as atividades e onde a nota não seja a mais importante parte do processo. A motivação para aprender não deve ser pautada em processos punitivos. Dessa forma a avaliação torna-se um ciclo vicioso, onde o aluno só estuda para garantir uma nota e o professor avalia também buscando uma nota para quantificar o aprendizado, o fim se tornou mais importante que o processo meio.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou muito do que foi discutido no referencial teórico inicialmente. Vivemos um momento que apesar da temática avaliação ser amplamente discutida, e muitos professores terem consciência das possibilidades e necessidades de mudança, muito pouco tem sido feito, ainda se prefere utilizar os meios tradicionais por serem mais fáceis ou menos trabalhosos. Os dados mostraram que a avaliação ainda tem sido utilizada como meio arbitrário no ensino, como forma de barganha entre professores e alunos, como controle disciplinar em sala de aula.

A avaliação tem um papel muito importante na educação, com o intuito de orientar professores e alunos às melhores práticas de ensino-aprendizagem e de ser inclusiva e não apenas de classificar numericamente, dicotomizando a relação professor aluno, aluno-aluno, que também é afetada nesse processo, pois há uma classificação de bons e maus alunos, criando rótulos e títulos, o que não beneficia ninguém nesse ciclo.

Os trabalhos sobre avaliação, inclusive este, não se pautam na luta pelo fim da avaliação, como se ela fosse o problema, mas na forma como ela é conduzida. A avaliação não é um ato arcaico na educação, pelo contrário, é cada dia mais atual e precisa ser tratada como tal. É necessário um compromisso da escola e do professor, de trabalharem numa coletividade, é necessária uma mudança na conduta dos participantes do processo para que a avaliação seja vivida numa experiência de completude.

Vale ressaltar que a ausência de estrutura vivida nas escolas, seja ela física ou mesmo na dificuldade em unir o corpo docente, não deve ser impedimento para que a avaliação seja feita de maneira democrática, integral e contextualizada. Até porque não se trata de modificar instrumentos de avaliação, pois esses não são ruins, mas de mudança de atitude, que muitas

vezes pode ocorrer na simplicidade do dia a dia na sala de aula, observando os alunos com atenção, usando os instrumentos a favor das aulas e da formação dos alunos, que vai muito além dos conteúdos.

O processo de ensino-aprendizagem está constantemente em evolução e a avaliação é parte substancial dessa evolução. É através dela que temos a chance de modificar a realidade de muitos jovens, pois a motivação para os estudos não deve ser pautada em números, mas na relevância do que é ensinado para o aluno, contextualizando as avaliações com a sua realidade e garantindo autonomia, empoderamento e não propagando o temor e distanciando os jovens uns dos outros através das classificações geradas nas avaliações.

Os dados da pesquisa mostraram que os professores tem conceitos formados sobre a avaliação e suas concepções, que sabem qual caminho seguir, porém não mudam suas atitudes.

Espera-se com essa pesquisa, contribuir para estudos acerca do tema e com uma reflexão sobre uma nova postura sobre a avaliação, ajudando os professores a não perpetuarem métodos classificatórios, formando seus alunos não como números, mas como pessoas conscientes e dispostas a fazerem a diferença na sociedade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso: seu potencial na educação.** *Cad. Pesq.*, (49): 51-54, 1984.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 26 de maio de 2014.

CHUIEIRE, Mary Stela Ferreira. **Concepções sobre a avaliação escolar.** *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 19, n. 39, p. 49-64, 2008.

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de avaliação educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala – 2014 – 2016.**

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 6ª Ed – Brasília, 2015. 126 páginas

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana EngelGerhardt e Denise TolfoSilveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FUJISAWA, D. S. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** *Revista de administração de empresas*, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C. "**Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais.**" *Eccos Revista Científica* 4.2 (2002): 79-88.

LUCKESI, C. C. (2005, 8 de outubro) Conferência: Avaliação da Aprendizagem na Escola (Entrevista com Paulo Camargo), caderno do Colégio Uirapuru, Sorocaba, estado de São Paulo.

MANZINI, E. J. Entrevista: definição e classificação. Marília: Unesp, 2004.

MELO, E. S. e BASTOS W. G. **Avaliação escolar como processo de construção do conhecimento**. São Paulo, 2012, pág. 3.

MENDONÇA, S. S. **Avaliação Escolar: Um processo de transformação**. Rio de Janeiro, 2009.

MOURA, A. C. S. Um estudo sobre avaliação da aprendizagem em cursos de graduação da universidade estadual de Londrina. Campinas, 2007, p. 30.

PERRNOUD, Phelippe. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. São Paulo, IPF/Cortez, 1998.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação: exclusão ou inclusão?**. *EccoS Revista Científica*, v. 4, n. 1, p. 43-59, 2002.

ROSADO, António; SILVA, Catarina. **Conceitos básicos sobre avaliação das aprendizagens**. *Pedagogia do Desporto–Estudos*, v. 6, 1999.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que Avaliar? : como avaliar? : critérios e instrumentos –** Petrópolis, RJ : Vozes, 1995

SANTOS, Leonor. **Dilemas e desafios da avaliação reguladora**. *Avaliação em Matemática: Problemas e desafios*, p. 11-35, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: Superação da Lógica Classificatória e Excludente: a avaliação como processo de inclusão**, 5ªed. São Paulo: Libertad, 2004.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola pelo avesso por meio da avaliação**. Campinas - SP: Papirus, 2008.

